



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Pessoa com Deficiência

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br

CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Edição nº 11/2024





SUMÁRIO

1. MINISTÉRIO PÚBLICO
2. TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3. TRIBUNAIS SUPERIORES
4. NOVIDADES LEGISLATIVAS
5. NOTÍCIAS

EQUIPE

Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza
Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO Pessoa com Deficiência

Dr. Wellington Petrolini Molitor
Promotor de Justiça e Coordenador-Adjunto do CAO Pessoa com Deficiência

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha
Auxiliar Ministerial

Kamila Valeria Reis Marques
Residente Jurídico

01 MINISTÉRIO PÚBLICO

MPCE

- Após atuação do MP do Ceará, Prefeitura de Forquilha se compromete a efetivar educação inclusiva no município
- MP do Ceará requer que Prefeitura de Camocim garanta acessibilidade para pessoas com deficiência em prédios privados de uso coletivo

MPBA

- MPBA solicita à Justiça que determine instalação de residência inclusiva em Juazeiro

MPRN

- Recomendação do MPRN visa garantir cirurgias odontológicas para pessoas com deficiência

MPPI

- MPPI expede Recomendação à Prefeitura de Cocal para ofertar profissional de apoio a crianças com deficiência em escolas

MPPE

- MPPE cobra restabelecimento do serviço para pacientes com TEA em Itacuruba e Belém do São Francisco
- MPPE recomenda que Prefeitura garanta acesso de pessoas com deficiência ao programa de Educação de Jovens e Adultos
- A pedido do MPPE, Justiça determina restabelecimento de transporte para crianças com TEA para perícias previdenciárias

MPSE

- MPSE obtém liminar para que mais de mil pacientes com autismo tenham acesso a tratamento multidisciplinar em até 90 dias



MPPA

- MPPA: Promotoria de Justiça instaura procedimento para acompanhar políticas públicas para o tratamento de pessoas com TEA e neurodivergentes

MPAC

- MPAC ajuíza ação civil pública contra Unimed Rio Branco para garantir atendimento a pacientes com deficiência
- MPAC recomenda medidas de atendimento prioritário a pessoas com deficiência

MPMS

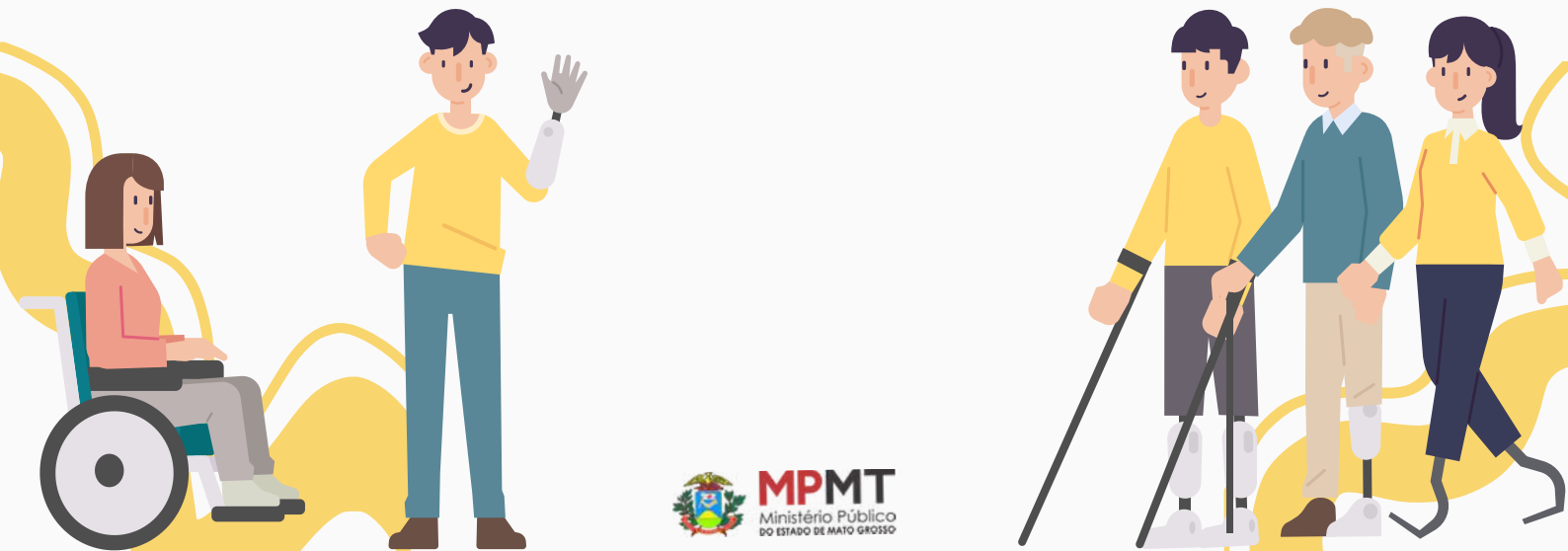
- Escolas devem matricular crianças com deficiência e atípicas, recomenda MPMS

MPRJ

- MPRJ pede na Justiça que o Município de Petrópolis regularize o transporte de alunos com deficiência

MPMG

- MPMG: Instituição de acolhimento de pessoas com deficiência de Belo Horizonte é interditada por irregularidades na prestação do serviço
- Procon-MG e Promotorias de Justiça de Caeté promovem ação educacional sobre os direitos das pessoas com diagnóstico de transtorno do espectro autista (TEA) e neurodivergentes no mercado de consumo



O2 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

TJCE

- TJCE: Projeto “Ler é Legal” promove inclusão com treinamento em Libras para colaboradores da Justiça

TJSC

- TJSC oferta cordão com girassóis para colaboradores com deficiências ocultas

TJDFT

- TJDFT: Plano de saúde é condenado por cancelamento de contrato de adolescente com TEA

TJES

- Um milhão de processos judiciais foram digitalizados no TJES por colaboradores com deficiência auditiva

TJAC

- TJAC: Escola do Poder Judiciário do Acre cresce 186% em atendimentos para Pessoas com Deficiência



STJ

Primeira Seção reafirma inadmissibilidade do REsp para rediscutir incapacidade laboral em ação previdenciária

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.246), definiu que, nas ações que reivindicam aposentadoria por invalidez, auxílio-doença ou auxílio-acidente, é inadmissível o recurso especial interposto para rediscutir as conclusões do acórdão recorrido quanto ao preenchimento do requisito legal da incapacidade para o exercício de atividade profissional. Essa impossibilidade de rediscussão vale tanto para o reconhecimento da incapacidade em si quanto para sua extensão (total ou parcial) ou para sua duração (temporária ou permanente).

Com a fixação da tese – que reafirma a jurisprudência pacífica da corte –, poderão voltar a tramitar os recursos especiais e agravos em recurso especial que estavam suspensos à espera da definição do precedente qualificado.

O relator dos recursos especiais foi o ministro Paulo Sérgio Domingues. Segundo ele, uma pesquisa na jurisprudência das turmas de direito público do STJ nos últimos cinco anos revelou que a totalidade dos julgados foi no sentido da impossibilidade de admissão do recurso especial para rediscutir o preenchimento dos requisitos legais para reconhecimento da incapacidade em ação previdenciária.

O ministro apontou que, nos casos analisados, o pedido principal era que o STJ modificasse o julgamento das instâncias ordinárias a partir do reexame de fatos e provas dos autos – uma utilização do recurso especial que, acaso acolhida, tornaria o STJ apenas mais uma corte de revisão, na visão do relator.

Tese repetitiva não impede discussão sobre violação de normas jurídicas

Por outro lado, Paulo Sérgio Domingues ponderou que a ratificação da jurisprudência dos colegiados de direito público não significa que questões jurídicas sobre os benefícios por incapacidade não devam continuar sendo apreciadas pelo STJ, já que a tese repetitiva não atinge controvérsias a respeito do eventual descumprimento de regras e princípios jurídicos nesses processos.



04 NOVIDADES LEGISLATIVAS



- Vai a Plenário a equiparação de portador de fibromialgia a pessoa com deficiência

Projetos de Lei

- Comissão aprova projeto que define situações que podem levar à suspensão do tutor ou do curador
- Comissão aprova regras para a educação especializada de pessoas com síndrome de Down
- Comissão aprova projeto que melhora acessibilidade de pessoas com deficiência em ruas e calçadas
- Comissão aprova proposta que obriga órgão público a fornecer formulário impresso para pessoa com deficiência que solicitar
- Câmara aprova projeto que amplia direito da pessoa com deficiência a ingressar em locais com cão de assistência
- Comissão aprova projeto que prevê acessibilidade em unidades de conservação da natureza
- Comissão aprova isenção de impostos para produtos que dão mais autonomia a pessoas com deficiência
- Câmara aprova projeto que promove acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação
- Comissão aprova projeto que permite a motorista apresentar laudo extra sobre adaptações de carro
- Comissão aprova direito de trabalhador tirar férias na mesma época que dependente com deficiência
- Comissão aprova projeto com incentivos para a inclusão cultural de pessoas com deficiência
- Comissão aprova projeto que obriga o SUS a coletar dados sobre pessoas com deficiência
- Comissão aprova projeto que obriga hospitais a providenciarem acompanhante para pessoa com deficiência



05 NOTÍCIAS



Debatedores defendem treinamento de policiais para abordagem a autistas



Debatedores destacam bons exemplos na abordagem de autistas por policiais



Debatedores apostam na fiscalização para ampliar vagas de trabalho para pessoas com deficiência



Governo Federal recebe alerta sobre 'violência tributária' contra as pessoas com deficiência



Com mais de 18 milhões de pessoas com deficiência, Brasil ainda carece de conscientização e inclusão no trabalho

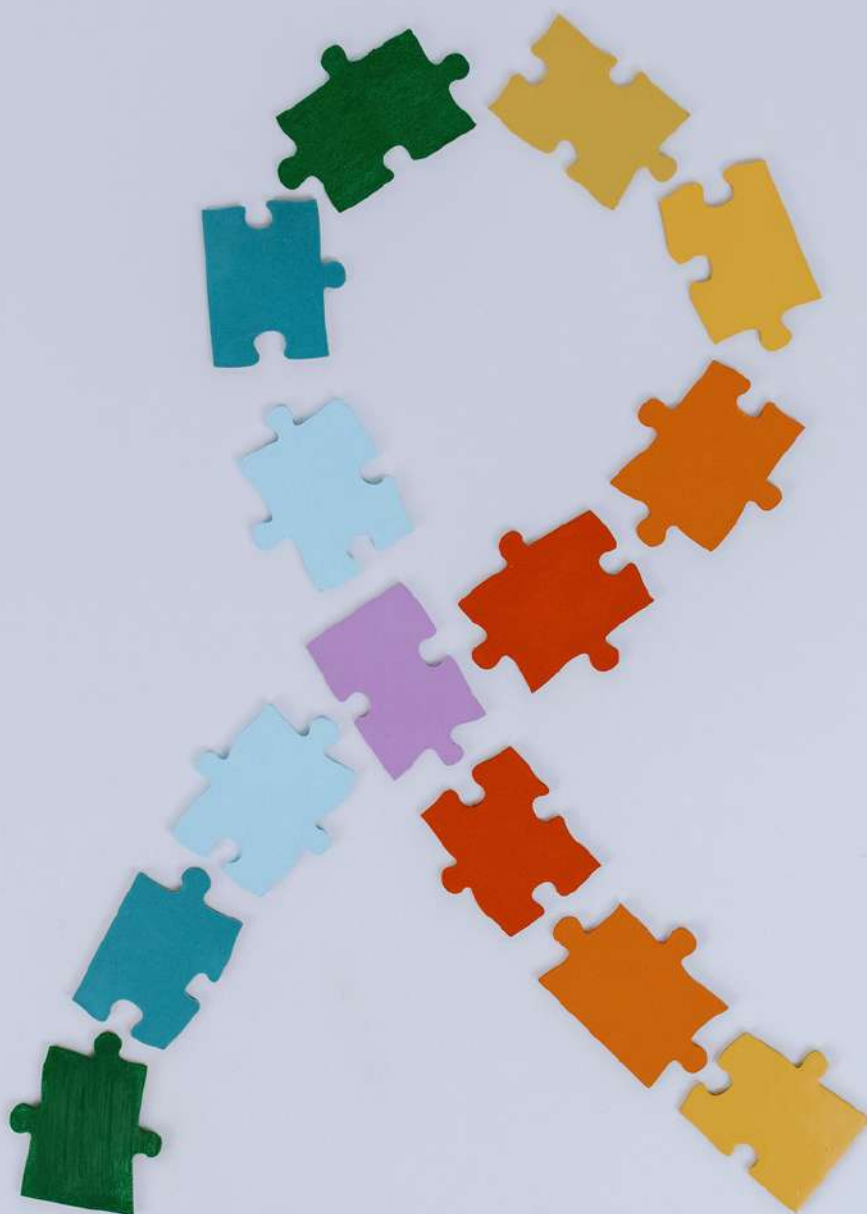


Governo Federal anuncia mais salas sensoriais para autistas em aeroportos





MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional
Procuradoria Geral de Justiça
65 3611-0600
www.mpmt.mp.br

Contato:
cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br